ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS URBANO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO, TURISMO, ESCOLAR, CARGAS, LOGÍSTICAS E DIFERENCIADOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINTRUCAD-RIO

Aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro de 2022, às 10:00 (dez horas) em primeira convocação e às 10:30 (dez horas e trinta minutos) em segunda convocação, no Centro Esportivo Situado na Estrada do Otaviano, nº404, Rocha Miranda, Rio de Janeiro, reuniram-se todos os membros integrantes da categoria representada pelo sindicato convocante, associados e não associados, na base territorial do Município do Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária, conforme edital convocatório publicado no jornal "O DIA", caderno "Classimais", página 01, edição de 29/01/2022. O Presidente, Sr. Sebastião José da Silva, declarou aberta a assembleia, agradecendo a presença de todos, nomeando para secretariar os trabalhos o secretário-geral do sindicato, o Sr. Jorge dos Passos, o qual aceitou a incumbência. Em seguida, dando cumprimento ao **item "a"** do edital convocatório, o secretário procedeu a leitura do mesmo, conforme texto publicado. Com a palavra, o Presidente passou a discutir o **item "b"** do edital convocatório, dizendo que o sindicato possui diversas convenções e acordos coletivos vigentes, as quais já possuem cláusulas específicas para cada ramo de atividade econômica, no caso de convenções, ou empresas, no caso de acordos. Disse que diante da precarização dos direitos e garantias trabalhistas trazido com a Lei 13.467/2017, a chamada "reforma trabalhista", é necessário que as pautas de reivindicações e as negociações coletivas garantam a manutenção das conquistas preexistentes e a busquem por novos direitos para a categoria. Assim, o sindicato sugere a adoção de uma pauta geral de negociações para o segmento de transportes de cargas e logística. A mesma pauta poderá servir para acordos coletivos com as empresas de transporte diferenciado, para os anos de 2022/2023. Aberta a palavra aos presentes, foram discutidas e esclarecidas as premissas sugeridas pelo sindicato e indagado se alguém desejava incluir mais algum item na pauta. Em seguida foi colocada em votação a pauta de reivindicações dos trabalhadores nas empresas de transporte de cargas, logística e, também, no diferenciados do município do Rio de Janeiro para a data-base 2022/2023, nos seguintes termos: "PAUTA GERAL DE REIVINDICAÇÕES PARA ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2023 - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS URBANOS, INTERMUNICIPAIS, INTERESTADUAIS, FRETAMENTO, TURISMO, ESCOLAR, CARGAS, LOGÍSTICA E DIFERENCIADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 10.635.706/0001-83,

5/

neste ato representado por seu Presidente, Sr. SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA, apresenta à categoria econômica a presente pauta de reivindicações com as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes: **CLÁUSULA 1ª - VIGÊNCIA E DATA BASE- ANUAL OU BIENAL, CONFORME NEGOCIADO. CLÁUSULA 2ª - ABRANGÊNCIA** - O presente Instrumento Coletivo abrangerá a(s) categoria(s) Motoristas e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, de Logística e Diferenciados, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ. **CLÁUSULA 3ª - PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO - ART. 611- A DA CLT** - Convencionam as partes, nos termos do 611-A da CLT e até que seja estabelecida novas regras a respeito da prevalência das normas coletivas sobre a legislação trabalhista, bem como em face das decisões proferidas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, ex vi, o julgamento do RE nº 590.415 da lavra do ministro Luiz Roberto Barroso e o julgamento do RE nº 895.759 pelo ministro Teori Zavascki, as obrigações e direitos previstos nessa norma, sem exceção, integram ao contrato individual de trabalho, para que seja efetivamente cumprido pelos empregadores e empregados. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá a empresa, obrigatoriamente, no ato da contratação do empregado, apresentar-lhe a cópia da presente Convenção Coletiva de Trabalho e colher, em formulário próprio, a sua ciência e adesão ao conjunto das cláusulas convencionais referentes a reajustes, pisos salariais, condições de trabalho, adicionais, abonos, benefícios sociais e custeio das atividades sindicais para manutenção e conquista dos benefícios. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Deverá a empresa anotar na CTPS do empregado os dados de registro dessa CCT, bem como enviar ao sindicato, no prazo de 48 horas, uma via do formulário com a ciência e adesão do empregado. **CLÁUSULA 4ª - REAJUSTE E REPOSIÇÃO SALARIAL** - A partir de 01 de maio de 2021, os atuais salários praticados pelas empresas serão reajustados pelo INPC, acumulado nos 12 meses anteriores à data-base, acrescidos de 5,0 % (cinco por cento) a título de ganho real. **CLÁUSULA 5ª - PISO SALARIAL** - As partes convencionam que, a partir de 1º de maio de 2022, os pisos salariais previstos em instrumentos coletivos anteriores ou praticados pela empresa **serão reajustados pelo INPC acumulado no último período, acrescido de ganho real de 5% (cinco por cento):** MOTORISTA DE BITREM: valor a apurar; MOTORISTA DE CARRETA: valor a apurar; MOTORISTA DE MUNCK/BETONEIRA: valor a apurar; MOTORISTA DE GUINCHO (ACIMA DE 10.000 KG): valor a apurar; MOTORISTA DE GUINCHO (ABAIXO DE 10.000 KG): valor a apurar; MOTORISTA DE CAMINHÃO: valor a apurar; OPERADOR DE EMPILHADEIRA: valor a apurar; CONFERENTE: valor a apurar; SOCORRISTA MECÂNICO: valor a apurar; MOTORISTA DE UTILITÁRIO (ATÉ 2 TONELADAS: valor a apurar; AUXILIAR DE ESCRITÓRIO: valor a apurar; FAXINEIRO, COPEIRO, CONTÍNUO E VIGIA: valor a apurar; AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO: valor a apurar; AJUDANTE: valor a apurar. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas que já praticam pisos salariais superiores aos contidos no caput da cláusula 3ª, aplicarão o reajuste pelo INPC acumulado no último período, acrescido de ganho real de 5% (cinco por cento) sobre o salário de todos os empregados da categoria, considerando os salários percebidos em abril de 2022, a partir de 01 de maio de 2022. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - À aplicação do reajuste salarial previsto no parágrafo 1ª da cláusula 3ª e o pagamento das diferenças salariais do período deverá ser efetuada, para todos os trabalhadores, juntamente

com a folha do mês de maio/2022, ou seja, até o quinto dia útil do mês de maio/2022. **CLÁUSULA 5ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO** - As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento por meio eletrônico ou físico, que deverão conter a identificação da empresa, a discriminação de todas as verbas pagas e os descontos efetuados. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas comprometem-se a fornecer, aos empregados admitidos na vigência do presente ajuste, cópia do Contrato de Trabalho. **CLÁUSULA 6ª - DO ADIANTAMENTO SALARIAL** - A empresa concederá uma antecipação salarial a cada quinze dias, no percentual de 40% (quarenta por cento) do salário, salvo nas hipóteses em que o empregado declare por escrito que deseja receber seu salário em parcela única. **CLÁUSULA 7ª - DO DESCONTOS SALARIAIS** - Os descontos salariais serão admitidos, em caso de multa de trânsito, furto, roubo, quebra ou avaria de veículos, avaria ou perda de carga ou qualquer outra espécie de dano, se resultar configurada culpa ou dolo do empregado sendo que as despesas com obtenção de Boletim de Ocorrência serão suportadas pelas empresas. **CLÁUSULA 8ª - PTS (PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO)** - O empregado que já tenha completado 2 (dois) anos de vinculação ininterrupta à mesma empresa receberá, a título de Prêmio por Tempo de Serviço, percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial fixado para os ajudantes. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O prêmio acima não tem natureza salarial para fins de equiparação, sendo devido a partir do mês seguinte em que o empregado completar o biênio ininterrupto aqui mencionado, salientando-se que tal prêmio não será devido cumulativamente. **CLÁUSULA 9ª - SEGURO DE VIDA OBRIGATÓRIO** - Pelo presente Instrumento Coletivo, a empresa deverá fornecer a todos os empregados abrangidos por esta norma coletiva, um benefício de Seguro de Vida e demais garantias, com qualidade de atendimento ao trabalhador e com custo acessível à empresa. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Seguro de Vida previsto deverá cumprir as seguintes exigências: I. As empresas arcarão com o percentual de 100% (cem por cento) do valor do seguro (seguro não contributivo); II. Não exigir o preenchimento de Declaração Pessoal de Saúde - DPS; e, III. Não exigir dados pessoais de cada funcionário, dentre os quais cito: Nome, CPF, Data de Nascimento, Salário ou outra qualquer informação, para inclusão ou atualização mensal no seguro. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Seguro de Vida firmado mediante o referido convênio abrangerá os empregados, cujos contratos de trabalho estejam ativos, assegurando as seguintes coberturas: I. Morte R\$ 39.000,00; II. Indenização Especial por Acidente - (Morte Acidental) - R\$ 39.000,00; III. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente ou doença - R\$ 39.000,00 IV. Assistência Funeral Familiar - até 5.000,00; V. Rescisão Trabalhista R\$9.750,00; VI. Taxa de Exumação Antecipada - até R\$600,00; VII. Assistência à Vítima de Crime - até R\$ 2.000,00; Assistência à Serviços Básicos (água, Luz e Gás) - 4 parcelas de R\$ 400,00. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Visando fornecer a todos os empregados abrangidos por esta norma coletiva, um benefício de Seguro de Vida e demais garantias, com qualidade de atendimento e, também, garantir a todos os empregadores preços acessíveis, caberá ao sindicato profissional, escolher e indicar, via contrato aglutinador, uma seguradora para prestação de serviço de seguro coletivo, devendo as empresas aderirem a indicação retro mencionada. **CLÁUSULA 10ª - ABONO**

PECUNIÁRIO - As empresas continuarão pagando aos empregados ativos vinculados à categoria representada, **ABONO PECUNIÁRIO**, cujo valor será reajustado pelo INPC acumulado no último período, acrescido de ganho real de 5% (cinco por cento), atingindo o valor mínimo de R\$1.800,00 (hum mil e oitocentos reais. Este pagamento será feito em parcela única. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O abono pecuniário será devido ao empregado ativo na proporção de sua assiduidade, calculadas sobre as faltas injustificadas ocorridas no período compreendido entre 01/05/2021 e 30/04/2022, nos seguintes termos: a) Até 06 (seis) faltas por período - R\$ 1.340,94; b) 07 (sete) faltas por período - R\$ 1206,85; c) 08 (oito) faltas por período - R\$ 1072,76; d) 09 (nove) faltas por período - R\$ 938,67; e) 10 (dez) faltas por período - R\$ 804,58; f) 11 (onze) faltas por período - R\$ 670,49; g) 12 (doze) faltas por período - R\$ 536,4; h) 13 (treze) faltas por período - R\$ 402,31; i) 14 (quatorze) faltas por período - R\$ 268,22; j) 15 (quinze) faltas por período - R\$ 134,09; k) 16 (dezesseis) faltas por período - perde a parcela do abono referente ao período. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O abono de que trata o caput desta cláusula não incorpora e nem complementa a remuneração devida ao empregado para efeito de férias, 13º salário, horas extraordinárias ou de outro direito trabalhista oriundo do contrato de trabalho e da CLT. **PARÁGRAFO TERCEIRA** - No caso de demissão do empregado sem justa causa ou por pedido de demissão, deverá o empregador, no ato do pagamento das verbas rescisórias, efetuar a quitação da parcela referente ao abono pecuniário, proporcional ou integral, caso a mesma ainda não tenha sido quitada. **CLÁUSULA 11ª - TÍQUETE REFEIÇÃO** - As partes convencionam que o auxílio alimentação será reajustado pelo INPC acumulado no último período, acrescido de ganho real de 5% (cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2022, passando a ter o valor mínimo de: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), sem nada descontar do empregado. **PARÁGRAFO PRIMEIRA** - O valor do tíquete refeição/alimentação estipulado acima deverá ser concedido mensalmente a todos os empregados de acordo com os benefícios e entendimentos disciplinados na Lei que instituiu o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). **CLÁUSULA 12ª - DO PLANO ODONTOLÓGICO** - A empresa abrangida por este Instrumento Normativo, continuará fornecendo Plano Odontológico para todos os seus empregados. **PARÁGRAFO PRIMEIRA** - A empresa arcará com o percentual de 100% (cem por cento) do valor do Plano do empregado titular. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os empregados que queiram incluir os seus dependentes, deverão comunicar por escrito a seu empregador, ficando a empresa obrigada a arcar com 50% (cinquenta por cento) do valor do Plano para o(s) dependente(s) indicado(s) pelo empregado. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A mensalidade a ser paga pelo Plano Odontológico será no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado ou dependente indicado. **PARÁGRAFO QUARTO** - O Plano Odontológico deverá ter como parâmetro mínimo de cobertura, além do estabelecido pelo rol da ANS (Agência Nacional de Saúde), um acréscimo de mais 90 (noventa) procedimentos odontológicos, para assim ampliar a cobertura de atendimento, como também uma ampla rede credenciada com cobertura para todas as especialidades odontológicas. **CLÁUSULA 13ª - DA PLANO DE SAÚDE** - A empresa concederá plano de saúde a seus empregados, abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas arcarão com o percentual de 100% (cem por cento) do valor do plano do

empregado titular. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que queiram incluir os seus dependentes deverão comunicar por escrito a seu empregador e o valor destes deverá ser pago integralmente pelo empregador. **CLÁUSULA 14° - DAS DIÁRIAS DE VIAGENS** - As diárias pagas nas ocasiões em que são empreendidos deslocamentos superiores a mais de 100 km da empresa, sempre a título de reembolso de despesas com refeições e pernoite, serão nos valores a seguir explicitados: ALMOÇO - R\$ 30,00; JANTAR - R\$ 30,00; PERNOITE - R\$ 60,00; PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a empresa forneça tíquete refeição, cesta básica ou vale alimentação está isenta de reembolsar a parcela correspondente ao almoço. PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado fará jus ao pagamento do jantar, caso retorne à sede da empresa após 21:00 horas. PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado que empreender viagem superior a 100 km, somente fará jus ao pagamento do pernoite, na hipótese de não retornar à sua residência no mesmo dia em que iniciou sua jornada de trabalho. **CLÁUSULA 15ª - DIA DO RODOVIÁRIO** - A empresa reconhece o dia 25 de julho como o "DIA DO RODOVIÁRIO", ficando assegurado, aos empregados que trabalhem nesse dia, a remuneração em dobro. **CLÁUSULA 16ª DÉCIMA SEXTA - UNIFORMES GRATUITOS PARA O TRABALHO** - A empresa fornecerá, gratuitamente, uniformes para o trabalho, quando exigido seu uso, em número de 02 (dois) por semestre. A não conservação do aludido vestuário implicará a concessão de uniforme excedente à quantidade ora estabelecida, mediante o respectivo desconto no salário. PARÁGRAFO ÚNICO - Somente serão admitidos descontos se resultar configurada a culpa ou dolo do empregado na conservação ou guarda do aludido uniforme. **CLÁUSULA 17ª - HOMOLOGAÇÃO DE DISTRATO** - Visando o melhor interesse da empresa e dos trabalhadores do setor, faz-se obrigatória a homologação das rescisões de contratos de trabalho com vigência superior a 12 meses, junto ao Sindicato Laboral, sendo nulo o TRCT que não possuir o carimbo assistencial do Sindicato. PARÁGRAFO PRIMEIRO - No ato da homologação a empresa deve apresentar os seguintes documentos:- 5 (cinco) vias de TRCT's carimbadas e assinadas;- Aviso prévio em 3 (três) vias, carimbadas e assinadas; - Carta de preposto; - Livro ou ficha de registro; - Carta de apresentação do trabalhador; - 3 últimos contracheques; - Comprovante de depósito da verba rescisória, quando depositadas e extrato do empregado; - Extrato analítico ou de conta vinculada para fins rescisórios do FGTS atualizado; - Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) que não aparecer no extrato; - GRRF autenticada pela CEF e demonstrativo; - CTPS atualizada e assinada; - Exame demissional; - PCMSO e PPP quando o empregado exercer atividade em área insalubre ou perigosa; - Guia de seguro desemprego; - Chave de identificação; - Certidão de quitação sindical; PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento das verbas rescisórias deverá ser efetuado nos seguintes prazos, salvo em casos de previsão expressa nos termos do art. 477, § 6º da CLT, alterado pela Lei 13.467/17 em acordo coletivo de trabalho: a) até o décimo dia imediato ao término do contrato; ou b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. PARÁGRAFO TERCEIRO - O agendamento de homologação deve se dar até no máximo 05 (cinco) dias após o início do aviso prévio. Quando o aviso prévio for indenizado ou pedido de demissão, o prazo para agendamento será de 3 (três) dias. PARÁGRAFO QUARTO - A empresa deverá comprovar,

5/

no ato da rescisão de contrato de trabalho, as faltas, as médias de horas extras e noturnas com reflexos se houver; 12 (doze) meses, nos termos do art. 507-B, CLT. **PARÁGRAFO QUINTO** - Caso realize depósito bancário das verbas rescisórias, a empresa deverá orientar o funcionário a imprimir o extrato da sua conta para apresentar no ato da homologação. **PARÁGRAFO SEXTO** - A quitação passada pelo empregado ao empregador, com assistência de entidade sindical de sua categoria, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, tem eficácia liberatória exclusivamente em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas. A quitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, conseqüentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que estas constem desse recibo. **CLÁUSULA 18ª - DO JOVEM APRENDIZ**

Caso a empresa que trabalha com jovens aprendizes, nos termos do art. 429, CLT, c/c Lei nº 10.097/2000 c/c Decreto nº. 5.598/2005, calculará o salário dos mesmos com base no piso de R\$1.348,63 (mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), proporcionalmente ao número de horas contratadas e efetivamente trabalhadas, independentemente da função exercida. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A empresa calculará o número de aprendizes e deficientes contratados com base nas funções da RAIS passíveis de aprendizagem, ficando excluídos deste cômputo os motoristas profissionais (cuja formação depende de normas do Detran e do preenchimento das regras do Código de Trânsito Brasileiro), os operadores de empilhadeira, de guindaste ou guindauto, os ajudantes de motorista que dependam do carregamento de peso excessivo incompatível com a menoridade e demais funções cujos cursos não possuam disponibilidade no SEST/SENAT. **CLÁUSULA 19ª - FORNECIMENTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO** - Por ocasião da rescisão do Contrato de Trabalho, as empresas comprometem-se, sem que o empregado solicite, a fornecer o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), para fins previdenciários e a Declaração de Rendimentos, para fins de imposto de renda. **CLÁUSULA 20ª - ESTABILIDADE DA GESTANTE** - À gestante aplica-se o contido no Art. 7, inciso XVIII da Constituição Federal e Art. 10, inciso II. Alínea "b" das Disposições Transitórias.

PARÁGRAFO ÚNICO - A empregada gestante deve informar à empresa seu estado gravídico tão logo se cientifique do mesmo durante o pacto laboral. Havendo rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, deverá a empregada informar à empresa seu estado gestacional em até 60 (sessenta) dias após o término do aviso prévio, sob pena de configurar abuso de direito. **CLÁUSULA 21ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO** - Será concedida estabilidade provisória de 12 (doze) meses, a iniciar-se imediatamente após a alta da licença previdenciária (código B-91), aos empregados acidentados no trabalho e contratados por prazo indeterminado. **CLÁUSULA 22ª - ESTABILIDADE POR PROVISÃO DE APOSENTADORIA** - A empresa assegurará aos empregados que estiverem comprovadamente, a 2 (dois) anos da aquisição do direito à aposentadoria, desde que seja comunicada por escrito das circunstâncias acima pelos empregados, a manutenção do emprego ou a indenização do valor correspondente ao salário-base do período que faltar para a aposentadoria, excetuando-se os casos de demissão por justa causa, extinção do estabelecimento ou motivo de força maior.

CLÁUSULA 23ª - CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENEFÍCIOS SOCIAIS CONQUISTADOS - As

partes acordantes: CONSIDERANDO que são ônus do sindicato laboral a luta por conquistas sociais e a fiscalização do cumprimento dos instrumentos coletivos de trabalho, devendo haver custeio, por todos os membros da categoria beneficiários dos direitos conquistados, da estrutura necessária para realização de negociações coletivas e fiscalização; CONSIDERANDO a necessidade de gestão mais efetiva e qualificada dos benefícios acordados em instrumentos coletivos de trabalho; CONSIDERANDO que, mesmo após a vigência da Lei. 13.467/2017, foi mantida a obrigação de o sindicato laboral representar e prestar assistência social a toda categoria, garantindo os objetivos previstos no artigo 592, II, da CLT, bem como o que dispõe a legislação pertinente, especialmente os artigos. 6º, 7º, caput, e incisos IV, XXVI e artigo 8º, incisos III, IV e VI, todos da Constituição Federal e os artigos 8º § 3º, 462, 154, 611 e 613, inciso VII, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. RESOLVEM, com a devida aprovação das Assembleias Gerais, reconhecer como direito dos trabalhadores abrangidos por este Instrumento Coletivo, a assistência social, com ênfase na qualificação profissional, saúde, educação, acesso a oportunidades, e, em decorrência, estipular, sem prejuízo de outras condições de trabalho previstas no ordenamento jurídico, o seguinte: I - As empresas abrangidas por este instrumento normativo deverão proporcionar a todos os empregados alcançados, prestações múltiplas de assistência social, em atendimento ao binômio necessidade x possibilidade, obrigando-se para tal fim a cumprir, com fiscalização constante do Sindicato Laboral conveniente, conforme previsões contidas nas cláusulas sociais do presente instrumento coletivo de trabalho, quais sejam: cláusula 8ª (PTS), cláusula 9ª (Seguro de Vida), cláusula 10ª (Abono pecuniário), cláusula 11ª (auxílio alimentação), cláusula 12ª (plano odontológico), cláusula 13ª (plano saúde), cláusula 14ª (Diárias de viagens) e 15ª (Dia do rodoviário). II - As empresas deverão comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do presente instrumento, através do e-mail cobrança.rodoviarios@gmail.com ou outra ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Sindicato Laboral, o cumprimento do(s) benefício(s) conquistados previstos no item anterior, assim procedendo trimestralmente ou sempre que notificada pelo sindicato laboral, enviando os documentos comprobatórios. III - Uma vez constatada a inobservância das obrigações contidas no ITEM I e II desta cláusula a empresa será notificada por carta ou via endereço eletrônico para regularizar a situação no prazo de 10 (dez) dias. Não o fazendo no prazo fixado, arcará com multa de um salário nominal por cada empregado atingido, revertida em favor do empregado. IV - Caberá, ainda, ao Sindicato laboral o acompanhamento da implantação, manutenção, gestão e fiscalização dos benefícios estabelecidos neste Instrumento Coletivo de Trabalho destinados aos empregados e seus dependentes, estruturando um departamento específico para tal mister, com profissionais técnicos e equipamentos necessários. V - Para custeio da estrutura e das atribuições previstas na presente Cláusula, de acordo com a deliberação e anuência dos trabalhadores, associados e não associados, em assembleia geral extraordinária regularmente convocada e realizada, conforme orientações contidas nas Notas Técnicas da CONALIS/MPT nº 02 de 26/10/2018 e nº 03 de 14/05/2019, deverão as empresas, mensalmente, descontar dos empregados e repassar ao sindicato laboral o valor de R\$ 9,00 (nove reais), que representa

5

em média o percentual máximo de 2% (dois por cento) sobre o total de benefícios recebidos pelos trabalhadores em razão do presente instrumento coletivo de trabalho. Esses valores serão recolhidos até o 10º dia útil de cada mês, na conta bancária específica, junto ao Banco Itaú S/A., Banco 341, Agência 8468, Conta Corrente 09893-7, de titularidade do Sindicato profissional, devendo ser enviado o comprovante de recolhimento e a relação nominal dos contribuintes com respectivos valores descontados, sob pena de não o fazendo recolherem em dobro. VI - Caso o trabalhador beneficiário das CONQUISTAS SOCIAIS seja associado ao Sindicato Laboral, terá o valor previsto no item anterior abatido em sua mensalidade associativa, até o limite desta, haja vista que já contribui para os fins previstos na presente Cláusula. **CLÁUSULA 24ª VIGÉSIMA QUARTA - DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO SINDICAL** - A empresa se compromete a efetuar o desconto em folha de pagamento da mensalidade associativa e de todas as demais contribuições para custeio da entidade sindical laboral, desde que aprovados em assembleia geral da categoria, em respeito ao artigo 8º, incisos I, III, IV, V e VI da Constituição Federal, combinado com os artigos 8º, parágrafo 3º, 462 e 513, "e", da Consolidação das Leis do Trabalho e ainda com o artigo 8º da Convenção 95 da OIT. **CLÁUSULA 25ª - QUADROS DE AVISOS** - A empresa colocará à disposição do Sindicato laboral, quadro de avisos nos locais de trabalho, para a afixação de comunicados oficiais da categoria profissional, desde que não contenham matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, devendo esses avisos serem enviados ao setor competente da empresa, que se encarregará de fixá-los. **CLÁUSULA 26ª - FORO COMPETENTE** - A Justiça do Trabalho da Comarca da Capital será o foro competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida ou pendência, resultante do presente Instrumento Coletivo de Trabalho, inclusive quanto a sua aplicação. **CLÁUSULA 27ª- VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO** - O presente acordo coletivo possui vigência e data-base conforme previsto na Cláusula Primeira, sendo que as cláusulas aqui acordadas prevalecerão para todos os efeitos, até que novo instrumento coletivo seja celebrado entre as partes acordantes. **CLÁUSULA 28ª - CLÁUSULA PENAL** - No caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas econômicas desta norma coletiva, fica a parte infratora obrigada a pagar multa de R\$ 1.212,00 (mil, duzentos e doze reais), e no descumprimento das cláusulas sociais, pagará mais R\$1.212,00 (mil, duzentos e doze reais), em favor do Sindicato Laboral. **CLÁUSULA 29ª- COMPROVANTES DE CUMPRIMENTO DO ACT** - A empresa abrangida pelo presente Acordo Coletivo fica obrigada a enviar, mensalmente, ao Sindicato laboral, cópia do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, cópia da RAIS - Relação Anual de Informações Trabalhistas, cópia de outros documentos que comprovem o cumprimento das cláusulas convencionais, ou e-Social com as mesmas informações prestadas pelos documentos citados anteriormente, sob pena de arcarem com multa de um piso salarial por mês em que deixar de enviar os documentos retro mencionados, multa esta que será revertida em favor do Sindicato Profissional, sem prejuízo da aplicação do art. 600, CLT, extensivo sobre as contribuições assistenciais. Não havendo inclusões e sanadas as dúvidas, o presidente colocou em votação a proposta apresentada pelo sindicato, sendo a mesma aprovada por unanimidade pelos presentes. Ato seguinte, o presidente passou a tratar do item "c" do edital convocatório. Disse que com o início de

51

vigência da Lei 13.467/2017, chamada de "reforma trabalhista", a organização sindical sofreu duro golpe em dois dos seus pilares: o custeio e a representação por categoria. A arrecadação do sindicato caiu drasticamente, pois a maioria das empresas do segmento do transporte não recolheu a contribuição sindical e as demais contribuições previstas nas convenções e/ou acordos, sob argumento de que foi tornada facultativa pela "reforma trabalhista". Entretanto, a única exigência para que as empresas sejam obrigadas a efetuar os descontos em folha das contribuições é sua aprovação em assembleia, pois em nenhum momento a alteração trazida pela Lei 13.467/2017 exige autorização individual de cada trabalhador. Tanto assim, que o Ministério Público do Trabalho, através da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical - CONALIS, elaborou as Notas Técnicas nº 01 e 02 de 2018 e orientação 08 de 02/12/2020, prevendo que a autorização para desconto da contribuição sindical e demais contribuições previstas em normas coletivas, pode se dar através de deliberação em assembleia geral, com convocação de todos os membros da categoria e, uma vez aprovada, deverá ser descontada de todos, independentemente de serem associados ou não ao sindicato. Essa visão do MPT está em sintonia com nos artigos 578 e 579, c/c artigo 8º, § 3º da CLT, e os princípios contidos nos artigos 8º, IV e 149 da Constituição Federal e artigo 8º da Convenção 95 da OIT. O presidente esclareceu que a aprovação das contribuições para custeio da entidade e seu desconto de toda a categoria é importante, pois todos são beneficiados com as conquistas previstas nas convenções e acordos coletivos, independente de serem associados ou não. Assim, todos devem contribuir para que o sindicato se mantenha independente e combativo, com condições de lutar pela manutenção dos direitos existentes e conquista de melhores condições de remuneração e trabalho. Feitos tais esclarecimentos, o presidente sugeriu que sejam aprovadas pela assembleia instituição e autorização para desconto das seguintes contribuições: a) contribuição assistencial mensal no valor de R\$8,00 (oito reais); b) contribuição sindical nos termos do artigo 578 e seguintes da CLT; c) contribuições sobre benefícios conquistados, no percentual de 2% sobre o valor dos benefícios previstos em convenção e/ou acordos coletivos. Indagado aos presentes se havia algum esclarecimento, não havendo manifestação, o presidente colocou em votação a proposta das formas de custeio da entidade sindical por todos os membros da categoria, sendo todas aprovadas pela unanimidade dos presentes. Passando à discussão do **item "d"** do edital convocatório, o presidente disse que uma vez aprovada a pauta de reivindicações e as formas de custeio da entidade, para andamento e fechamento das negociações coletivas com vigência nos anos de 2022/2023, é necessário que a assembleia autorize expressamente o Sindicato Profissional a firmar acordo administrativo, com a assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho e/ou Acordos Coletivos de Trabalho, bem como Termos Aditivos aos referidos instrumentos normativos, com ou sem mediador, e, na sua inviabilidade, conceder poderes ao sindicato para ajuizamento de eventuais Dissídios Coletivos, regulando as condições de trabalho e benefícios para toda a categoria, bem como as formas de custeio da entidade sindical nos termos

sf

aprovados nos itens "b" e "c". O presidente disse que caso haja, em alguma negociação coletiva, a necessidade de alterar os termos aprovados nessa assembleia, novas assembleias específicas serão convocadas. Indagados aos presentes se aprovavam a autorização para o sindicato negociar e firmar convenções coletivas, acordos coletivos, termos aditivos, instaurar mediação e/ou dissídios coletivos durante todo o biênio 2022/2024, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, saudando e agradecendo a todos os presentes. Para constar, mandou lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada por mim, Jorge dos Passos, que secretariei os trabalhos e pelo Presidente do Sindicato, acompanhada da lista de presença da assembleia. Rio de Janeiro, 05 (cinco) de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

Sebastião José da Silva

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA
Presidente

Jorge Teixeira dos Passos
JORGE TEIXEIRA DOS PASSOS
Secretário da Assembleia